



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José dos Campos



EDITAL Nº 47/2022 - ICT/CSJC

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 46/2022 - RUNESP de 12/01/2022, publicado em 13/01/2022 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 98/2021, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de **01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no **ano letivo de 2022**, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na Área da Saúde, subárea de conhecimento Odontologia e no conjunto de disciplina: **"Prótese Parcial Fixa I"; "Oclusão e Articulação Temporomandibular"**, junto ao Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese do Instituto de Ciência e Tecnologia do Campus de São José dos Campos.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno e/ou vespertino-noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 2.315,33, correspondente à referência MS-3.1, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br/> no período de **02/05/2022 a 16/05/2022**, no horário das 00:00 às 23:59, observado o horário oficial de Brasília.

2.2. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 118,00 (cento e dezoito reais), por meio de depósito bancário efetuado no Banco do Brasil, agência 0175-9, conta corrente 103.038-8.

2.3. A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.

2.4. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em Odontologia que tenham, no mínimo, título de Doutor na área da Saúde, subárea Odontologia. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;



3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "Portable document format" (PDF), frente e verso, os documentos abaixo:

4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;

4.1.2. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Doutor na área do conjunto de disciplinas que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação;

4.1.3. nos casos de transferência ou depósito bancário, o candidato deverá anexar o comprovante da operação bancária na área do candidato do sistema de inscrições no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>;

4.1.4. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato;

4.1.5. Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

4.2. No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - recebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:
a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José dos Campos



b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição de 00h do dia 02/05/2022 às 23h59min do dia 03/05/2022, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> (no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.

5.3.1. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 04/05/2022, a partir das 15 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico: rh.ict@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade,



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José dos Campos



impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
- c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

- a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;
- b) se a impugnação apresentada não for acolhida;
- c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser efetuada através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico: <https://inscricoes.unesp.br>, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, REALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

- I - prova prática demonstrativa, de caráter classificatório;
- II - prova didática, de caráter classificatório;
- III - análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.2.1. Data, horário e local para a realização das provas deverão ser acompanhados pelo candidato por meio de Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE e divulgado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>

8.2.2. No dia da realização das provas, o candidato deverá apresentar original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteiras de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Serão também aceitos digitalmente apenas a Carteira Nacional de Habilitação e Título de Eleitor, desde que o candidato apresente o documento DIRETAMENTE do aplicativo (prints e fotos dos documentos não serão aceitos).

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.



8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

8.4. Considerando as recomendações e medidas dos centros e departamentos governamentais do Estado de São Paulo, com vistas à prevenção do contágio e ao combate do novo Coronavírus (COVID-19), serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativos à prevenção do contágio do COVID-19, devendo o candidato:

I. se estiver com sintomas de COVID-19 ou se teve contato com alguém doente ou com suspeita de COVID-19, não comparecer ao local de provas;

II. comparecer e permanecer no local de provas fazendo uso de máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca. Não será permitida a entrada, nem a permanência, no local de provas, de candidato que estiver sem a máscara (Decreto Estadual no 64.959, de 4 de maio de 2020);

8.4.1. poderá ser dispensado de utilizar a máscara o candidato com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiência sensorial ou com quaisquer outras deficiências que o impeça de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, desde que apresente declaração médica específica, no dia da realização da respectiva prova;

8.4.2. dirigir-se imediatamente à sua respectiva sala de prova. Será proibida a permanência de candidatos e de outras pessoas no saguão, área externa ou corredores do local de provas;

8.4.3. o candidato será responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção pessoal utilizado (máscaras, luvas etc), seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Não será permitido o descarte desse material no local de provas.

8.4.4. Recomenda-se, ainda, que o candidato:

I. leve máscaras adicionais, de acordo com o período de duração de sua prova, considerando as recomendações dos órgãos de saúde;

II. leve álcool em gel a 70% para uso pessoal;

III. leve garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista de que os bebedouros somente poderão ser acionados para enchimento dessa(e) garrafa/utensílio).

8.4.5. Se houver dúvida em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, mantido o distanciamento recomendado, e sua imediata recolocação após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara e/ou máscara reserva.

8.4.6. Durante a realização da prova, também poderá ser exigida a retirada da máscara, conforme o procedimento descrito no item 8.4.5.



9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1. Prova Prática Demonstrativa – peso 1

A prova constará de um exercício prático/demonstrativo sobre os subitens dos temas a serem sorteados pela banca examinadora. O candidato terá de 20 a 40 minutos para execução. Serão avaliados a fundamentação teórica e coerência na execução, destreza manual e resultado final. O candidato será desclassificado se não comparecer a prova prática.

Serão utilizados os seguintes critérios de avaliação e pontuação:

- Fundamentação teórica e coerência na execução (até 5,0 pontos);
- Destreza manual (até 2,0 pontos);
- Resultado final (até 3,0).

9.2. Prova Didática – peso 1

Ao fim da etapa anterior será sorteado, a partir do conteúdo do programa, os subitens restantes do tema que não foi sorteado na etapa antecedente, constará de uma aula teórica em nível de graduação do tema, com duração de 40 a 50 minutos, com intervalo de 24 horas para serem ministradas na presença da banca. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição do(s) candidato(s) no referido concurso. No caso de apresentação da prova didática fora do tempo estipulado ou do não comparecimento, o candidato será desclassificado.

Serão utilizados os seguintes critérios de avaliação e pontuação:

- Elaboração do plano de aula (até 1,0 ponto);
- Adequação ao nível de graduação (até 2,0 pontos);
- Domínio teórico e conceitual do tema (até 3,0 pontos);
- Objetividade e clareza (até 2,0 pontos);
- Organização e uso adequado dos recursos didáticos (até 2,0 pontos).

9.3. Prova de Títulos – peso 1

A análise Curricular constará de julgamento do Curriculum Lattes, quando serão analisadas as atividades de formação, científica e didática, com maior relevância para as atividades relacionadas com as disciplinas do concurso. Para análise Curricular serão considerados os seguintes critérios: formação e títulos acadêmicos, produção científica e técnica, atividades didáticas e experiência profissional relevante. O candidato será desclassificado se não comprovar por documentação as informações relatadas no Curriculum Lattes.

Serão utilizados os seguintes critérios de avaliação e pontuação:

- Formação e títulos acadêmicos: até 4,0 pontos;
- Produção científica e técnica: até 3,5 pontos;
- Atividades didáticas: até 2,5 pontos.

	Descrição	Valor Pontuação
A.	Formação e títulos acadêmicos (até 4,0 pontos)	
1.1	Doutorado	Área: 2,5; fora área: 1,25
1.2	Mestrado	Área: 1; fora área: 0,5
1.3	Especialização	Área: 0,5; fora área: 0,25
B.	Produção científica e técnica: artigos publicados ou aceitos nos últimos 05 anos, classificados segundo Qualis CAPES/Impacto na Odontologia (até 3,5 pontos).	
2.1	Trabalhos completos publicados	A1 - área: 0,5; fora: 0,4



	(Qualis/Impacto)	A2 – área: 0,4; fora: 0,3 B1 – área: 0,3; fora: 0,2 B2 – área: 0,2; fora: 0,1 B3 - área: 0,1; fora: 0,05 B4 - área: 0,05; fora 0,025 B5 e outros - área: 0,025; fora: 0,0125 (Até 3,0 pontos)
2.2	Livro publicado	Área: 0,5 por livro; fora: 0,3
2.3	Capítulo de livro publicado	Área: 0,2 por capítulo; fora: 0,1
2.4	Resumos publicados em anais	0,02 por resumo até 0,5
C.	Atividades Didáticas (até 2,5 pontos)	
3.1	Experiência Docente na graduação nas disciplinas do concurso fora da UNESP	0,25 por semestre até 1,0
3.2	Experiência Docente na graduação nas disciplinas do concurso na UNESP	0,5 por semestre até 2,0
3.3	Experiência Docente na graduação em outras disciplinas na UNESP	0,25 por semestre até 0,5
3.4	Estágio Docência, PAADES, Auxílio Acadêmico ao Pós-Graduando	0,20 por semestre até 0,8
3.5	Monitoria e Estágio na UNESP	0,1 por semestre até 0,4

A nota final do candidato será a média aritmética da Fase I, II e III.

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 7 (sete), atribuídas por, pelo menos, 2 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) melhor média na prova didática;

b) com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. O candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

12. CONTRATAÇÃO



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José dos Campos



12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

13.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.8. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.9. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.10. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.11. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.12. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.



13.13 Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

PROGRAMA

Tema: Prótese Parcial Fixa I

- a. Preparo para coroas parciais;
- b. Preparos para coroas totais;
- c. Retentores intrarradiculares: moldagem;
- d. Retentores intrarradiculares: modelagem;
- e. Coroas temporárias: técnica da pré moldagem;
- f. Coroas temporárias: técnica do dente de estoque.

Tema: Oclusão e Articulação Temporomandibular

- a. Disfunções musculares e articulares: preenchimento da ficha DC/TMD;
- b. Placa oclusal frontal;
- c. Exame físico;
- d. Avaliação Imagiológica;
- e. Placa oclusal Total;
- f. Técnicas e registros da RC.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA - PRÓTESE PARCIAL FIXA

1. BOTTINO, M. A. et al. Estética em reabilitação oral: "metal free". In: FELLER, C., GORAB, R. Atualização na clínica odontológica. v.1 São Paulo: Artes Médicas, 2000. p.329-363.
2. BOTTINO, M.A.; BRUNETTI, R.F. Manual de prótese parcial fixa, colab. Ankerkrone, Antonio e outros /S.P./ Livraria Santos /1987/ 227p. ilus.
3. BOTTINO, M.A.; PAGANI, C. Prótese Fixa. EAP/APCD v. 15. Artes Médica, 1998.
4. CAMPOS A.A. Prótese Fixa para o Clínico. Artes Médicas, 2003.
5. CHAIN, M.C. BARATIERI, L.N. Restaurações estéticas em dentes posteriores. EAP/APCD v.12. Artes Médica, 1998.
6. FRADEANI, M. Reabilitação estética em Prótese Fixa. Análise Estética 1 Edição, Artes Médicas, 2006.
7. KUWATA, M. Atlas Metalocerâmica. Tradução Kaname Matsura. Livraria Editora Santos, 1996.
8. LÓPEZ, V.J. Reabilitação Bucal em próteses sobre implantes, Quintessence editora Ltda, 2000.
9. MARTIGNONI, M., SCHÖNENBERGER, A. Precisão em Prótese Fixa. Aspectos Clínicos e Laboratoriais. Quintessence. 2 Edição, 2001. 580p.
10. MEZZOMO, E. Prótese Parcial Fixa Manual de Procedimentos. 1 reimpressão 2004.
11. MIRANDA, C.C. Atlas de reabilitação bucal: núcleos metálicos fundidos São Paulo: Quintessence. 1994. 344p.
12. MIRANDA, C.C. Preparo e moldagem em prótese fixa unitária. EAP-APCD . v.18, Artes Médicas 1998.
13. PEGORARO, L.F. Prótese Fixa. EAP-APCD v.7, Artes Médicas, 1998.



14. ROCHA, C.A.J., FIGUEIREDO, A.R., BOTTINO, M.A. Cimentações temporárias e definitivas - problemas e soluções. In: Todescan, F.F.; Bottino, M.A. Atualização na Clínica Odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 1996. Cap.25, p.677-722.
15. ROSENSTIEL, S.F., LAND, M.F.; FUJIMOTO, J, Contemporary fixed prosthodontics. The C.V. Mosby Company/ First edition, 1988.
16. SAITO, T. Preparos dentais funcionais. São Paulo: Quintessence, 1994. 185p.
17. SANTOS JUNIOR, J. Oclusão clínica: atlas colorido. São Paulo: Editora Santos, 1995. 169p.
18. SHILLINGBURG, H.T; HOBBO, S.; WHITSETT, L.D. JACOBI, R.; BRACKETT, S.E. Fundamentos de prótese fixa. Quintessence editora Ltda, 1998.
19. SHILLINGBURG JUNIOR, H.T. Fundamentos de prótese fixa /por/ Herbert T.; Shillingburg Junior, Sumiya Hobo & Lowell D. Whitsett; trad. Maria Terezinha F. de Oliveira. São Paulo, Editora Santos, 1988. 340p. ilus.
20. SHILLINGBURG JUNIOR, H.T.; JACOB, R. & BRACKETT, S.E. Fundamentos dos preparos dentários para restaurações metálicas e de porcelana, trad. Mario Ueti, 1a ed. Quintessence editora Ltda., 1988.
21. SHILLINGBURG JUNIOR, N. T. KESSER, J.C. Restauração protética dos dentes tratados endodonticamente Trad. Milton Edison Miranda. Editora Quintessence 1991. 381p.
22. SHILLINGBURG JUNIOR,; JACOB, R.; BRACKETT, S.E. Fundamentos dos preparos dentários para restaurações metálicas e de porcelana, trad. Mario Ueti, 3a ed. Quintessence editora Ltda., 1997, 389p.
23. SILVA, F.A. Pontes Parciais Fixas e o Sistema Estomatognático. Livraria Editora Santos, 1993, 227 p.
24. MENDES, W. B.; MIYASHITA, E.; OLIVEIRA, G.G. Reabilitação oral - previsibilidade e longevidade. Ed. Napoleão 1ºed. 2011.
25. OLIVEIRA, A. A. Entender, planejar, executar – O universo das restaurações estéticas cerâmicas. Ed. Napoleão 1º ed. 2011.

BIBLIOGRAFIA - OCLUSÃO E ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR:

1. Valle RT.; Grossmann E. Disfunções Temporomandibulares: novas perspectivas. 1 ed. Ribeirão Preto: Tota, 2019. 504p.
2. Okeson, J. Management of temporomandibular disorders and occlusion. 7 ed, Saint Louis: Mosby/Elsevier, 2013. 488p.
3. Leeuw R.; Klasser GD. Orofacial Pain. Guidelines for assessment, diagnosis, and management. 6 ed. The American Academy of Orofacial Pain. Chicago: Quintessence Publishing Co, Inc., 2018. 327p.
4. Oliveira, W. Neurofisiologia da Dor muscular Orofacial por disfunção Temporomandibular. Ribeirão Preto: Tota 2022. 230p.

(Proc. 113/2022-CSJC)

(Publicado no DOE de 28/04/2022, Seção I, Páginas 380 a 381)